

## "A Economia do Pânico": mecanismos das crises financeiras

---

Desde o México, em 1995, até à falência da Argentina, em 2001, passando pela crise asiática de 1997, o economista francês Jérôme Sgard desmonta no seu livro "A Economia do Pânico" os mecanismos das crises financeiras, e as respostas, improvisadas aos poucos, que são dadas às mesmas.

Sgard, que trabalha no Centro de Estudos Prospectivos e de Informações Internacionais (CEPII) - instituto francês de conjuntura -, e é professor associado da Universidade de Paris, entrevistou cerca de 150 actores e testemunhas das últimas crises financeiras, entre funcionários e directores de bancos centrais, ministérios da Economia, bancos, empresas e do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Tesouro Americano.

No seu livro, publicado pela editora francesa La Découverte, Jérôme Sgard chega à conclusão de que nos próximos anos a gestão das crises internacionais continuará caracterizada por um "alto grau de improvisação". Afirma o economista que o tratamento de choque continuará a predominar, "com todos os riscos políticos que daí advêm", começando pela "eleição" dos países que "devem ser salvos e dos que terão de ser abandonados".

Na sua opinião, no futuro poderemos deparar-nos com uma crise internacional grave, para a qual não haverá instrumento nem conhecimento necessários para responder numa frente ampla. "Não se pode excluir a possibilidade de a sobrevivência dos mercados de capitais globais ser questionada nesse momento", refere Sgard.

Na sua análise das crises financeiras mais recentes, o economista interessou-se principalmente pelo impacto da liberalização dos movimentos de capitais a curto prazo, assim como pela dinâmica da própria crise. Afirma, por exemplo, que o FMI se recusou sistematicamente a instaurar provisoriamente o controlo da saída de capitais, em nome da livre circulação, quando tal medida teria permitido evitar o agravamento da situação de um país fragilizado pela brusca fuga de capitais.

O autor acredita que "a globalização não exigiria a retirada do Estado, como tanto se tem repetido, mas, ao contrário, a construção do Estado (...) no sentido do Estado de direito", ou seja, uma tentativa de fazer convergir o liberalismo económico e o liberalismo político.